







5. Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical,

- (A) uma vírgula pode ser inserida imediatamente após “revolucionários”, no segmento... *o governo americano apoiara abertamente os revolucionários e Nova York, Nova Orleans e Key West tinham aberto seus portos a milhares de cubanos em fuga.* (2º parágrafo)
- (B) o segmento ... *que imigraram para os Estados Unidos...* (3º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas.
- (C) uma vírgula pode ser inserida imediatamente após “leituras”, no segmento *o material dessas leituras em voz alta, decidido...*, contanto que se suprima a vírgula colocada imediatamente após “alta” (4º parágrafo).
- (D) a vírgula colocada imediatamente após os parênteses que isolam o segmento ... *que pagavam o “lector” do próprio salário* (4º parágrafo), pode ser suprimida.
- (E) a vírgula colocada imediatamente após Céspedes, no segmento ... *Carlos Manuel de Céspedes, e duzentos homens mal armados...* (1º parágrafo) pode ser suprimida.

6. Tinham seus prediletos ... (4º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) *Dumas consentiu.*
- (B) ... *levaram com eles a instituição do “lector”.*
- (C) ... *enquanto uma fileira de trabalhadores enrolam charutos...*
- (D) *Despontava a nova capital mundial do Havana.*
- (E) ... *que cedesse o nome de seu herói...*

7. Afirma-se corretamente:

- (A) Em *pedindo-lhe que cedesse o nome de seu herói...* (4º parágrafo), o elemento destacado é um pronome.
- (B) O elemento destacado no segmento ... *uma escolha tão popular que um grupo de trabalhadores...* (4º parágrafo) NÃO é um pronome.
- (C) Em *que pagavam o “lector” do próprio salário...* (4º parágrafo), o elemento destacado substitui *leituras*.
- (D) Em *com o que parece ser uma atenção enlevada* (3º parágrafo), o elemento destacado refere-se a “charutos”.
- (E) Em *Os trabalhadores que imigraram para os Estados Unidos...* (3º parágrafo), o elemento destacado NÃO é um pronome.

8. *Quatro anos depois, Céspedes foi deposto por um tribunal cubano e, em março de 1874, foi capturado e fuzilado por soldados espanhóis.* (1º parágrafo)

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Em março de 1874, após ter percorrido um período de quatro anos, um tribunal cubano depusera Céspedes, quando soldados espanhóis o capturou e fuzilou.
- (B) Após um período de quatro anos, um tribunal cubano depôs Céspedes, e, em março de 1874, soldados espanhóis capturaram-no e fuzilaram-no.
- (C) Depois de transcorridos um período de quatro anos, Céspedes foi deposto pelo tribunal cubano, o qual, em março de 1874, foi capturado e fuzilado pelos soldados espanhóis.
- (D) Em março de 1874, quatro anos depois de ter sido deposto por um tribunal cubano, Céspedes foi capturado por soldados espanhóis, que lhe fuzilaram.
- (E) Transcorridos quatro anos, um tribunal cubano depõe Céspedes, posto que, em março de 1874, soldados espanhóis lhe capturam e fuzilam.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o trecho abaixo.

*Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores.*

*Embora alguns desses senhores afortunados ocasionalmente emprestassem seus livros, eles o faziam para um número limitado de pessoas da própria classe ou família.*

(Adaptado de: MANGUEL, Alberto, op.cit.)

9. Mantêm-se a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, substituindo-se *Embora* (2º parágrafo) por

- (A) Contudo.
- (B) Desde que.
- (C) Porquanto.
- (D) Uma vez que.
- (E) Conquanto.

10. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento ... *a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos...*, a vírgula colocada imediatamente após *livros* foi empregada para indicar a supressão de um verbo.
- II. No texto, não se explicitam as razões pelas quais o ato de ouvir alguém ler tenha se tornado *uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média*.
- III. No segmento ... *eles o faziam para um número limitado de pessoas...*, o elemento sublinhado refere-se a “emprestavam livros”.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III.



**Atenção:** Para responder às questões de números 11 a 13, considere o texto abaixo.

*Foi por me sentir genuinamente desidentificado com qualquer espécie de regionalismo que escrevi coisas como: "Não sou brasileiro, não sou estrangeiro / Não sou de nenhum lugar, sou de lugar nenhum"/ "Riquezas são diferenças".*

*Ao mesmo tempo, creio só terem sido possíveis tais formulações pessoais pelo fato de eu haver nascido e vivido em São Paulo. Por essa ser uma cidade que permite, ou mesmo propicia, esse desapego para com raízes geográficas, raciais, culturais. Por eu ver São Paulo como um gigante liquidificador onde as informações diversas se misturam, gerando novas interpretações, exceções.*

*Por sua multiplicidade de referências étnicas, linguísticas, culturais, religiosas, arquitetônicas, culinárias...*

*São Paulo não tem símbolos que dêem conta de sua diversidade. Nada aqui é típico daqui. Não temos um corcovado, uma arara, um cartão postal. São Paulo são muitas cidades em uma.*

*Sempre me pareceram sem sentido as guerras, os fundamentalismos, a intolerância ante a diversidade.*

*Assim, fui me sentindo cada vez mais um cidadão do planeta. Acabei atribuindo parte desse sentimento à formação miscigenada do Brasil.*

*Acontece que a miscigenação brasileira parece ter se multiplicado em São Paulo, num ambiente urbano que foi crescendo para todos os lados, sem limites.*

*Até a instabilidade climática daqui parece haver contribuído para essa formação aberta ao acaso, à imprevisibilidade das misturas.*

*Ao mesmo tempo, temos preservados inúmeros nomes indígenas designando lugares, como Ibirapuera, Anhangabaú, Butantã etc. Primitivismo em contexto cosmopolita, como soube vislumbrar Oswald de Andrade.*

*Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais.*

*São Paulo fragmentária, com sua paisagem recortada entre praças e prédios; com o ruído dos carros entrando pelas janelas dos apartamentos como se fosse o ruído longínquo do mar; com seus crepúsculos intensificados pela poluição; seus problemas de trânsito, miséria e violência convivendo com suas múltiplas ofertas de lazer e cultura; com seu crescimento indiscriminado, sem nenhum planejamento urbano; com suas belas alamedas arborizadas e avenidas de feiura infinita.*

(Adaptado de: ANTUNES, Arnaldo. **Alma paulista**. Disponível em <http://www.arnaldoantunes.com.br>).

11. No texto, o autor

- (A) descreve São Paulo como uma cidade marcada por contrastes de diversas ordens.
- (B) assinala a relevância da análise de Oswald de Andrade a respeito do provincianismo da antiga São Paulo.
- (C) critica o fato de nomes indígenas, ininteligíveis, designarem, ainda hoje, lugares comuns da cidade de São Paulo.
- (D) sugere que o trânsito, com seus ruídos longínquos, é o principal problema da cidade de São Paulo.
- (E) utiliza-se da ironia ao elogiar a instabilidade climática e a paisagem recortada da cidade de São Paulo.

12. O autor

- (A) opõe a oferta de atividades de lazer disponíveis em São Paulo ao seu desapego pessoal por raízes geográficas, raciais e culturais.
- (B) atribui a tolerância à miscigenação brasileira à diversidade que se exprime com grande força em São Paulo.
- (C) encontra razões plausíveis para a violência da cidade de São Paulo e o crescimento sem limites de sua área urbana.
- (D) considera a falta de planejamento urbano da cidade de São Paulo a causa da feiura infinita de suas avenidas.
- (E) estabelece uma associação entre a diversidade típica de São Paulo e a falta de um símbolo que sirva de cartão postal para a cidade.

13. O verbo flexionado no plural que também estaria corretamente flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração fosse feita, encontra-se em:

- (A) *Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais...*
- (B) *Sempre me pareceram sem sentido as guerras...*
- (C) *São Paulo são muitas cidades em uma.*
- (D) *São Paulo não tem símbolos que dêem conta de...*
- (E) *... onde as informações diversas se misturam...*

14. As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) O crescimento indiscriminado que se observa na cidade de São Paulo fazem com que alguns de seus bairros sejam modificados em poucos anos.
- (B) Devem-se às múltiplas ofertas de lazer e cultura a atração que São Paulo exerce sobre alguns turistas.
- (C) Apesar de a cidade de São Paulo exibir belas alamedas arborizadas, deveriam haver mais áreas verdes na cidade.
- (D) O ruído dos carros, que entram pelas janelas dos apartamentos, perturbam boa parte dos paulistanos.
- (E) Na maioria dos bairros de São Paulo, encontram-se referências culinárias provenientes de diversas partes do planeta.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. O número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 1, há quatro anos, era igual ao número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2, hoje. Daquela época para a atual, o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 1 não mudou, mas o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2 cresceu 20%. Sabendo que os órgãos 1 e 2 somam, hoje, 6 000 ordens judiciais, então há quatro anos o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2 era igual a

- (A) 2 400.
- (B) 2 600.
- (C) 2 500.
- (D) 2 900.
- (E) 2 800.

16. Um tanque com 5 000 litros de capacidade estava repleto de água quando, às 00:00 hora de um certo dia, a água começou a escapar por um furo à vazão constante. À 01:00 hora desse mesmo dia, o tanque estava com 4 985 litros de água, e a vazão de escape da água permaneceu constante até o tanque se esvaziar totalmente, dias depois. O primeiro instante em que o tanque se esvaziou totalmente ocorreu em um certo dia às

- (A) 14 horas e 20 minutos.
- (B) 21 horas e 20 minutos.
- (C) 18 horas e 40 minutos.
- (D) 14 horas e 40 minutos.
- (E) 16 horas e 20 minutos.

17. Um funcionário tem que executar 500 tarefas do tipo A, 150 do tipo B e 300 do tipo C no prazo de alguns dias, sendo necessário finalizar as tarefas dos tipos A, B, e C simultaneamente ao final do último dia. De acordo com as instruções que recebeu, ele tem que realizar, por dia, sempre o mesmo número de tarefas A, o mesmo número de tarefas B e o mesmo número de tarefas C, sendo que a soma diária da quantidade de tarefas A, B e C realizadas seja a maior possível. Em tais condições, esse funcionário terá que realizar um total de tarefas diárias igual a

- (A) 10.
- (B) 21.
- (C) 15.
- (D) 19.
- (E) 25.

18. Uma empresa possui 31 funcionários. No dia da segurança do trabalho os funcionários presentes na empresa foram submetidos a um teste sobre prevenção de acidentes. A prova consistia em uma questão teórica (T), uma questão prática (P) e uma questão relacionada a procedimentos de evacuação do prédio (E). Cada questão da prova valia 1 ponto, todos os funcionários presentes fizeram a prova e nenhum tirou nota zero. Sobre os funcionários que fizeram a prova sabe-se ainda que:

- apenas 1 acertou somente (E);
- nenhum acertou apenas (T) e (E), nem apenas (T) e (P);
- 11 acertaram (P) e (E);
- apenas 7 acertaram somente (P);
- apenas 1 dos 31 funcionários da empresa faltou no dia da prova.

De acordo com os dados, o número de funcionários que tirou nota máxima na prova foi

- (A) 5.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 4.

19. Álvaro, Benedito, Cléber e outros dois amigos participam de uma corrida. Se apenas os cinco participaram dessa corrida, o número de possibilidades diferentes de maneira que Álvaro chegue antes que Benedito e este, por sua vez, chegue antes de Cléber é igual a

- (A) 20.
- (B) 24.
- (C) 18.
- (D) 22.
- (E) 26.

20. Diante, apenas, das premissas “Existem juízes”, “Todos os juízes fizeram Direito” e “Alguns economistas são juízes”, é correto afirmar que

- (A) todos aqueles que fizeram Direito são juízes.
- (B) todos aqueles que não são economistas também não são juízes.
- (C) ao menos um economista fez Direito.
- (D) ser juiz é condição para ser economista.
- (E) alguns economistas que fizeram Direito não são juízes.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Minerva emprestou R\$ 10.000,00 para sua amiga Glaucia, uma vez que a mesma necessitava saldar despesas hospitalares de seu filho. As amigas celebraram confissão de dívida assinada por duas testemunhas idôneas, dívida esta não saldada por Glaucia.
- II. Lurdes Maria é contadora. No ano de 2012, Lurdes prestou seus serviços profissionais para a Família Silva, elaborando as declarações de imposto de renda do Sr. e Sra. Silva, bem como de seus dois filhos, cobrando pelos serviços o valor de quatro salários mínimos. A família Silva não efetuou o pagamento dos serviços de Lurdes Maria.
- III. Hortência alugou seu conjunto comercial para Amanda que está lhe devendo R\$ 20.000,00 pelo não pagamento do aluguel referente aos últimos quatro meses.
- Nestes casos, de acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, prescreverá em cinco anos, APENAS
- (A) as pretensões de Minerva e Hortência.  
(B) as pretensões de Lurdes Maria e Hortência.  
(C) as pretensões de Minerva e Lurdes Maria.  
(D) a pretensão de Minerva.  
(E) a pretensão de Hortência.

22. Considere uma venda realizada à vista de amostras, protótipos ou modelos. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, a referida venda é
- (A) amparada pela legislação sendo que, se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato de compra e venda, prevalecerá a amostra, o protótipo ou o modelo.  
(B) vedada em razão da proibição da celebração de contrato de compra e venda com base em amostras, protótipos ou modelos.  
(C) amparada pela legislação sendo que, se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato de compra e venda, prevalecerá o contrato celebrado entre as partes.  
(D) vedada se a celebração do contrato for realizada entre pessoas físicas.  
(E) amparada pela legislação sob a condição de que as amostras, protótipos ou modelos tenham sido aprovados pelos órgãos de fiscalização administrativa, bem como façam parte integrantes do contrato de compra e venda, independentemente de descrição da coisa.

23. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Mariana, por onze anos, sem interrupção e nem oposição, possui, como sua, uma casa de 300 metros quadrados, tendo estabelecido no referido imóvel sua moradia habitual, realizando obras de conservação e ampliação da casa.
- II. Gleison não é proprietário de imóvel urbano ou rural, mas possui, como sua, uma casa de 150 metros quadrados por sete anos ininterruptos e sem oposição utilizando-a como sua moradia.
- III. Benício, proprietário de um terreno rural de 10 hectares, possui, como sua, uma casa de 70 metros quadrados, por oito anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, em razão da posse, poderá adquirir a propriedade dos imóveis acima mencionados
- (A) Mariana, apenas.  
(B) Mariana e Gleison, apenas.  
(C) Gleison, apenas.  
(D) Mariana, Gleison e Benício.  
(E) Gleison e Benício, apenas.

24. Em determinado contrato, o fiador renunciou expressamente ao benefício de ordem. O credor está executando o contrato em razão da dívida não paga requerendo a penhora de imóvel de propriedade do fiador, apesar do devedor ser proprietário de diversos imóveis. Neste caso,
- (A) a renúncia ao benefício de ordem é lícita e permitida pelo Código Civil brasileiro.  
(B) a renúncia ao benefício de ordem é nula, uma vez que o fiador possui o direito de exigir, até contestação da lide, que seja executado, primeiramente, os bens do devedor.  
(C) a renúncia ao benefício de ordem é anulável, uma vez que o fiador possui o direito de exigir, até contestação da lide, que seja executado, primeiramente, os bens do devedor.  
(D) o fiador somente possui o direito de exigir que sejam executados, primeiramente, os bens do devedor se houver bens sítos no mesmo município em que tramita a execução, livres e desembargados.  
(E) o fiador somente possui o direito de exigir que sejam executados, primeiramente, os bens do devedor se houver bens sítos no mesmo município na qual foi celebrado o contrato de locação, livres e desembargados.

**Direito Processual Civil**

25. João, único advogado constituído pelo réu, sofreu um infarto e foi hospitalizado no último dia de um prazo processual que, por isso, acabou não sendo cumprido. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que
- (A) a parte interessada tem o ônus de provar a justa causa, inclusive já instruindo o seu requerimento com os documentos comprobatórios do alegado.  
(B) ocorrerá a preclusão da faculdade processual se tratar-se de prazo peremptório.  
(C) a alegação de justa causa deve ser feita dentro do prazo ou nos cinco dias subsequentes ao evento que determinou o desatendimento do prazo.  
(D) a parte contrária deve ser ouvida a respeito da alegação de justa causa no prazo de cinco dias.  
(E) o juiz, verificada a justa causa, permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.
26. Na execução fiscal, NÃO se fará a citação do executado
- (A) por carta rogatória, quando o executado achar-se ausente do país.  
(B) por edital, quando frustrar-se a citação postal e for inviável a citação pessoal.  
(C) pelo correio, com aviso de recepção, quando o devedor for domiciliado na comarca em que se processa a execução.  
(D) por oficial de justiça, quando frustrar-se a citação postal.  
(E) pelo correio, com aviso de recepção, quando o devedor for domiciliado em comarca diversa daquela em que se processa a execução.

27. A respeito da execução em geral, considere:
- I. Podem ser penhoradas cotas sociais de sociedade limitada por dívida particular de sócio.  
II. Ficam sujeitos à execução os bens gravados com ônus real em fraude à execução.  
III. O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.  
(B) I e III.  
(C) II e III.  
(D) II.  
(E) I e II.



### Direito Penal

28. Dentre as ideias estruturantes ou princípios abaixo, todos especialmente importantes ao direito penal brasileiro, NÃO tem expressa e literal disposição constitucional o da

- (A) legalidade.
- (B) proporcionalidade.
- (C) individualização.
- (D) pessoalidade.
- (E) dignidade humana.

29. Quanto ao regime prisional fechado, é INCORRETO dizê-lo passível de

- (A) ser cumprido por quem, primário, foi condenado somente por um crime de peculato culposo.
- (B) ser inicialmente aplicado a quem, primário, foi condenado somente por um crime de peculato mediante erro de outrem.
- (C) progressão na reincidência específica de crimes hediondos ou assemelhados.
- (D) comportar exame criminológico somente quando concretamente necessário, à vista de fundada decisão judicial.
- (E) passível de trabalho externo, salvo no início de cumprimento da pena.

30. Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

O enunciado da Súmula Vinculante 24 do STF, citado acima, mais diretamente implica que

- (A) o erro sobre elemento do tipo penal exclui o dolo.
- (B) reduz-se a pena quando, até o recebimento da denúncia, o agente de crime cometido sem violência ou grave ameaça reparar o dano ou restituir a coisa.
- (C) a prescrição começa a correr do dia em que o crime se consumou.
- (D) o erro inevitável sobre a ilicitude do fato isenta de pena.
- (E) a confissão espontânea da autoria do crime atenua a pena.

31. Segundo a jurisprudência hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos crimes ambientais a máxima *societas delinquere non potest* seria aplicável à pessoa jurídica

- (A) porque ela é incapaz de produzir conduta no sentido técnico-normativo do termo.
- (B) porque ela não é continente para um juízo de imputação penal.
- (C) porque ela não tem como ser sujeito de sanção penal.
- (D) quando ela for imputada de modo isolado e dissociado de pessoas físicas.
- (E) quando ela for imputada em conjunto com pessoas físicas.

### Direito Processual Penal

32. Amanda foi presa em flagrante delito pela prática de concussão. A defesa ingressou com pedido de liberdade provisória e de conversão da prisão preventiva em domiciliar, porque Amanda tem filho de sete anos de idade. Ao analisar tais pedidos e diante do que consta dos autos, NÃO poderia ser utilizado, pelo juízo, para indeferir-los, o argumento:

- (A) a prisão é necessária por conveniência da instrução processual, porque Amanda exigia das vítimas vantagem ilícita mediante grave ameaça, havendo, portanto, temor de que a sua liberdade possa intimidar as testemunhas.
- (B) possuir ocupação lícita e residência fixa não são suficientes para garantir a liberdade provisória.
- (C) incabível o pedido de conversão em prisão domiciliar porque o caso não se enquadra na hipótese prevista em lei.
- (D) incabível a concessão judicial de liberdade provisória, porque a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é superior a 4 (quatro) anos.
- (E) incabível a concessão judicial de liberdade provisória, porque presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.

33. Exceção de suspeição de magistrado deve ser julgada procedente quando o juiz

- (A) permitiu, antes do recebimento da denúncia, dilação de prazo para conclusão do inquérito policial.
- (B) prolatou sentença em feito desmembrado.
- (C) já proferiu, em outros processos, decisões desfavoráveis ao excipiente.
- (D) não acolheu pretensão do excipiente em relação à suposta parcialidade da Procuradora da República.
- (E) for acionista de sociedade interessada no processo.

34. Antonio está preso e foi condenado pela prática do delito de tráfico de entorpecentes. Ao ser intimado da decisão condenatória, assinou termo de renúncia ao direito de recorrer. O defensor legalmente constituído, porém, interpôs apelação. Diante disso,

- (A) deve prevalecer a vontade do réu em não recorrer.
- (B) deve ser processada a apelação.
- (C) a apelação só deve ser processada depois de intimado novamente o réu, para ficar ciente de que seu defensor apelou da decisão condenatória.
- (D) o advogado deve ser destituído, porque agiu em dissonância à vontade do réu.
- (E) somente deve ser processada a apelação se a renúncia do acusado for anterior à interposição feita pelo advogado.

**Direito Administrativo**

35. No curso de determinada ação de improbidade administrativa, após o encerramento da fase instrutória, o juiz do processo chamou o feito para analisar atentamente os próximos trâmites processuais e concluiu pela inadequação da ação de improbidade. Nesse caso e de acordo com a Lei nº 8.429/92,
- (A) poderá optar por extinguir ou não o processo, com ou sem julgamento de mérito.
  - (B) não é mais possível a extinção do processo.
  - (C) extinguirá o processo com julgamento de mérito.
  - (D) inexistente fase instrutória nas ações de improbidade administrativa.
  - (E) extinguirá o processo sem julgamento de mérito.
36. Maria, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desesperada para pagar uma conta pessoal já vencida, ausentou-se do serviço, durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Vale salientar que Maria jamais sofreu qualquer sanção administrativa, tendo um histórico impecável na vida pública. Nos termos da Lei nº 8.112/90, Maria
- (A) está sujeita à pena de suspensão.
  - (B) não está sujeita a qualquer sanção administrativa, sendo mantido intacto seu prontuário.
  - (C) está sujeita à pena de advertência.
  - (D) está sujeita à pena de censura.
  - (E) não está sujeita a qualquer sanção administrativa, no entanto, o fato será anotado em seu prontuário.
37. De acordo com a Lei nº 8.666/93, o contratado é responsável, dentre outros, por encargos comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência a tais encargos,
- (A) transfere parcialmente à Administração pública a responsabilidade por seu pagamento.
  - (B) poderá onerar o objeto do contrato.
  - (C) não transfere à Administração pública a responsabilidade por seu pagamento.
  - (D) poderá restringir a regularização de obras e edificações.
  - (E) poderá restringir a utilização de obras e edificações.
38. Segundo a Lei nº 9.784/99, o órgão competente poderá declarar extinto o processo administrativo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar
- (A) inútil, apenas.
  - (B) impossível, apenas.
  - (C) impossível ou prejudicado por fato superveniente, apenas.
  - (D) prejudicado por fato superveniente, apenas.
  - (E) impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

**Direito Constitucional**

39. Em ação civil pública, para anulação de contrato administrativo, na qual preliminar invoque a inconstitucionalidade de lei municipal, será possível, quanto ao controle de constitucionalidade, em decisão proferida pelo juiz de primeiro grau de jurisdição,
- (A) o exercício do controle concentrado e com extensão dos efeitos da decisão à retirada de vigência da lei assim declarada inconstitucional.
  - (B) apenas o exercício da modalidade de controle difuso, com efeitos limitados às partes no caso concreto.
  - (C) o exercício da modalidade de controle concentrado, embora limitados os efeitos às partes no caso concreto.
  - (D) o exercício da modalidade de controle difuso e com extensão dos efeitos da decisão à retirada de vigência da lei assim declarada inconstitucional.
  - (E) o exercício de controle concentrado, mas sem possibilidade de se retirar a vigência da lei, salvo se a decisão for confirmada pelo Tribunal de Justiça.
40. Sobre o direito de associação, a Constituição Federal estabelece que
- (A) ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.
  - (B) é plena a liberdade de associação para qualquer finalidade.
  - (C) a criação de associações e de cooperativas dependem de autorização para seu funcionamento e se sujeitam à interferência estatal.
  - (D) as associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas independentemente de decisão judicial.
  - (E) as entidades associativas não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
41. A utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ou posto à disposição do contribuinte, gera para o ente público, diante da Constituição Federal,
- (A) a faculdade de inclusão do serviço no rol dos fatos geradores de imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.
  - (B) um direito público subjetivo de exigência de tarifa ao cidadão.
  - (C) o dever de instituição de contribuição de melhoria sob pena de improbidade administrativa.
  - (D) a possibilidade de instituição de taxa como modalidade de tributo.
  - (E) a imposição de tarifa desde que o serviço seja efetivamente utilizado.





### Direito Previdenciário

42. De acordo com a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, considera-se proteção

- (A) socioeducativa.
- (B) social especial.
- (C) socioeconômica.
- (D) social básica.
- (E) social protetiva.

43. Considere:

- I. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.
- II. O CONASS e o CONASEMS recebem recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Administração Interna, visando o auxílio no custeio de suas despesas institucionais, sendo vedada a celebração de convênios com a União.
- III. Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao CONASEMS, na forma que dispuserem seus estatutos.

De acordo com a Lei nº 8.080/90 está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

44. De acordo com a Lei nº 8.213/91, não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, EXCETO se decorrente de

- (A) exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores urbanos.
- (B) benefício de aposentadoria em decorrência da idade, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
- (C) exercício de atividade remunerada em período não superior a 90 dias, corridos ou intercalados, no ano civil.
- (D) atividade artística, independentemente do valor.
- (E) benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

45. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Ana é empregada doméstica, trabalha de segunda a sexta-feira na residência de Joana.
- II. Estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa nacional no exterior.
- III. Carmelita presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana.

De acordo com a Lei nº 8.213/91, o salário-família será devido, mensalmente, a

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

### Direito Tributário

46. A Constituição Federal veda expressamente a bitributação e o "bis in idem". Sobre este tema,

- (A) não existe vedação de incidência sobre um mesmo fato gerador de dois tributos de espécies diferentes, como taxa e imposto, tendo em vista que a taxa é tributo vinculado a uma prévia atividade estatal, enquanto o imposto é tributo não vinculado.
- (B) a vedação se restringe apenas às taxas entre si, tendo em vista que sobre um mesmo serviço não podem incidir duas ou mais taxas diferentes.
- (C) a vedação não alcança os impostos residuais, de competência da União, que poderão ter, por disposição expressa, base de cálculo ou fato gerador próprio dos impostos já discriminados na Constituição Federal.
- (D) a vedação alcança os impostos extraordinários, que não poderão ter base de cálculo ou fato gerador próprio de impostos já discriminados na Constituição Federal, ainda que de competência de outro ente federado, diferente daquele que o esteja instituindo.
- (E) a vedação não alcança, via de regra, as contribuições sociais, que podem ter mesmo fato gerador de imposto, tendo em vista que as contribuições sociais têm destinação necessária do produto da arrecadação, o que importa em distinção na materialidade relativamente ao imposto.



47. A partir da noção acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar,
- (A) a legalidade é uma regra absoluta quando se trata de instituição, majoração e redução de tributos, por alteração de base de cálculo ou de alíquota, salvo as exceções constitucionais.
  - (B) na alteração que implique redução de tributo, beneficiando o contribuinte quer por alteração de base de cálculo, quer por alteração de alíquota, não se aplicam as regras da legalidade, anterioridade e irretroatividade.
  - (C) a irretroatividade da lei tributária é uma regra absoluta, quer para criar, majorar ou reduzir tributos, independente de benefício ou prejuízo para o contribuinte.
  - (D) a anterioridade da lei tributária é uma regra que sempre deve ser aplicada no caso de modificação da lei que veicula tributo, salvo as exceções constitucionais.
  - (E) limitam o exercício da capacidade tributária ativa para instituir ou modificar tributos, sendo considerados verdadeiros direitos fundamentais do contribuinte.

48. A competência legislativa em matéria tributária é
- (A) fixada por lei complementar federal, que atualmente é o Código Tributário Nacional.
  - (B) administrativa, conferida somente aos entes da Administração Pública Direta Estatal e Paraestatal.
  - (C) constitucional exclusiva para instituir impostos, empréstimo compulsório e contribuições de intervenção no domínio econômico, e comum em relação às taxas e contribuição de melhoria.
  - (D) suplementar em relação à instituição de taxas, contribuições e impostos, e privativa à instituição de empréstimos compulsórios e impostos residual e extraordinário.
  - (E) é concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre normas gerais em matéria tributária, mediante lei complementar.

49. Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, considere:
- I. A renda auferida pelas igrejas com dízimo (doação em dinheiro feita pelos fiéis) é imune de imposto de renda.
  - II. Em razão da imunidade recíproca, os Municípios são imunes ao imposto sobre a propriedade de veículo automotor, desde que os veículos estejam afetados a uma finalidade pública.
  - III. As autarquias e fundações públicas não são alcançadas pela imunidade recíproca de tributos quando prestadoras de serviço público remunerado por taxa ou tarifa.
  - IV. A norma constitucional que prevê concessão de imunidade para as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos é de eficácia contida ou restringível, pois pode ser regulamentada por lei complementar que irá definir os requisitos para a concessão da imunidade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) I e II.
  - (D) III e IV.
  - (E) I, II e IV.
50. Sobre a hipótese de incidência, é correto afirmar que
- (A) é a descrição abstrata de fato que, se acontecer através do lançamento, faz surgir o crédito tributário.
  - (B) a mesma norma que descreva a hipótese de incidência deve descrever, objetivamente, as hipóteses de não incidência tributária.
  - (C) a não incidência tributária, é hipótese de imunidade qualificada pela interpretação *a contrario sensu* da hipótese de incidência.
  - (D) a norma que descreve os casos de não incidência tributária tem natureza de isenção quando se tratar de lei ordinária, mas tem natureza de imunidade quando se tratar de lei complementar.
  - (E) a não incidência não se confunde com a imunidade, pois esta é ausência expressa em norma constitucional de competência, enquanto aquela é um fato que não está descrito em norma como fato gerador de tributo.







